



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638882 - PA (2021/0003310-9)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : ANDREZA PEREIRA DE LIMA E OUTROS
ADVOGADOS : ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA - PA013998
ANDREZA PEREIRA DE LIMA ALONSO - PA021391
JOAO PAULO DE CASTRO DUTRA - PA018859
KAREN CRISTINY MENDES DO NASCIMENTO - PA020874
ARTHUR KALLIN OLIVEIRA MAIA - PA019600
JULIE REGINA TEIXEIRA MARTINS - PA027634
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
PACIENTE : MARCIO QUEIROS DE OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCIO QUEIROS DE OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (HC n. 0800091-61.2021.8.14.0000).

O paciente foi denunciado como incurso nos art. 14 c/c art. 121 e art. 147, ambos do Código Penal e art.7º da Lei n. 11.340/06.

Alega o impetrante que não estão presentes os requisitos da prisão preventiva e que a medida extrema não se justifica, na medida em que poderiam ser aplicadas medidas cautelares diversas da segregação. Invoca a Recomendação n. 62/2020-CNJ, para sustentar a necessidade de concessão de prisão domiciliar ao paciente, uma vez que faz parte do grupo de risco da covid-19, conforme documentos juntados aos autos.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Verifica-se que a decisão do Juiz da 2ª Vara Criminal de Castanhal/PA, indeferindo o pedido de revogação da prisão preventiva e conversão em prisão domiciliar, data de 17/12/2020. Naquela oportunidade, consignou a autoridade judiciária:

In casu, verifíco que não há comprovação das doenças alegadas. Em que pese ele tenha sido acometido com tais anomalias, não há nos autos qualquer motivo que justifique a impossibilidade do recebimento de cuidados médicos no interior do presídio.

A prisão domiciliar exige a debilidade extrema e a impossibilidade de se prestar a devida assistência médica no estabelecimento prisional. No caso em questão, esse binômio não restou demonstrado, já que não houve qualquer comunicação da SEAP acerca do estado de saúde de Márcio, assim como não há registro da ineficiência da prestação de assistência médica. Dessa forma, entendo que a concessão é indevida.

Por outro lado, o laudo de fl. 33 é datado de 23/12/20; o de fls. 36/37, de 4/01/2021 e a prescrição do paciente para acompanhamento (fls. 39-40) foi emitida em 6/1/2021. São, portanto, posteriores à mencionada decisão de 1ª instância. Ocorre que o impetrante não juntou aos autos comprovação de que tenha submetido a documentação para apreciação daquele juiz e nem mesmo do Tribunal de origem, o que impede a análise do pedido formulado por esta Corte.

Não é possível afirmar que a matéria de fundo foi apreciada no acórdão impugnado e tampouco que os novos elementos tenham sido levados ao conhecimento do juiz de 1ª instância para fins de reconsideração. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confira-se precedente sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.
[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente